

**AVISOS DE LICITAÇÃO****TP Nº 15/2008**

A CPL da Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio –PI, torna público que realizará licitação modalidade TP nº15/2008. Tipo:menor preço, Reg. Execução: Empreitada por preço global, Objeto: Construção de 12 Barreiros na zona rural Fonte de Recurso: Gov.Fed./CODEVASF/FPM Abertura: 31/07/2008 ÀS 08:00H sala de reunião da Prefeitura Municipal Pça. Camarutuba, s/n (89)3580-1318. Dom Inocêncio, 16/07/2008. Marcelo José Cavalcante- Presidente da CPL

**TP Nº 16/2008**

A CPL da Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio –PI, torna público que realizará licitação modalidade TP nº16/2008. Tipo:menor preço, Regime Execução: Empreitada por preço global, Objeto: Construção de 34 Barreiros na zona rural Fonte de Recurso:Min.Integração/CODEVASF/FPM/ICMS Abertura: 31/07/2008 ÀS 10:00H sala de reunião da Prefeitura Municipal Pça. Camarutuba, s/n (89)3580-1318. Dom Inocêncio, 16/07/2008. Marcelo José Cavalcante- Presidente da CPL

**P.P. 9529****OUTROS****GRANISTONE S/A**

Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMAR - a **Licença de Operação** para Extração de Granito Ornamental, no local denominado Catingueira, distrito e município de Fronteira e Pio IX, Estado do Piauí. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

**P.P. 9529**

RIBEIRÃO S/A  
CNPJ nº 06.855.894/0001-88  
NIRE: 22 3 0000117-5

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO COM AS ALTERAÇÕES DETERMINADAS NA ASSEMBLÉIA DA SOCIEDADE REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2.007.

**CAPITULO I****DA DENOMINAÇÃO SOCIAL.**

ARTIGO 1º - RIBEIRÃO S.A., Sociedade anônima de capital fechado que se regerá pelo presente ESTATUTO SOCIAL e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis.

**DA SEDE E FORO**

ARTIGO 2º - A Sociedade tem sede e foro na Fazenda Ribeirão, Zona Rural do Município de Baixa Grande do Ribeiro, Piauí, Cep 64868-000, podendo a Diretoria deliberar sobre a criação, instalação ou extinção de filiais sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, bem como nomear representantes ou correspondentes no Brasil e no Exterior.

**DO OBJETIVO SOCIAL**

ARTIGO 3º - A sociedade tem por Objetivo a Exploração de Atividades Agrícolas no plantio e cultivo de culturas; a exploração das atividades agropecuárias, especialmente a cria, recria, engorda e comercialização de gados bovinos, eqüinos, bufalinos e ainda dedicar-se ao exercício de indústrias decorrentes do seu objetivo social e outros, assim como a importação e exportação de produtos e equipamentos relacionados com suas atividades.  
**PARÁGRAFO ÚNICO:** A Sociedade poderá participar de outras empresas quaisquer como acionista, cotista ou outra forma de participação social, bem como contratar terceiros para realizar vendas, distribuição, exportação e importação de produtos e subprodutos.

**DO PRAZO DE DURAÇÃO**

ARTIGO 4º - A Sociedade funcionará por tempo indeterminado.

**CAPÍTULO II****DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES**

ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$ = 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais) em 60.182.857 ações nominativas, sem valor nominal, sendo: 30.424.421 ações ordinárias e 29.758.436 ações Preferenciais classe "A".

ARTIGO 6º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

ARTIGO 7º - As ações preferenciais não darão direito a voto.

ARTIGO 8º - As ações preferenciais destinam-se à subscrição pelo Fundo de Investimento do Nordeste - Finor, com recursos dos incentivos fiscais, e a subscrição com recursos próprios de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, ficando desde já prevista a criação de novas classes ou espécies dessas ações.

ARTIGO 9º - As ações preferenciais gozarão de participação integral nos resultados da sociedade, de modo que nenhuma outra espécie, ou classe de ações será atribuída vantagens

patrimoniais superiores, e terá prioridade na distribuição de dividendo mínimo correspondente a sua participação no rateio do dividendo obrigatório de que trata o Artigo 28, deste Estatuto, não podendo o disposto nos artigos 194 e 197 e o parágrafo 3º e do artigo 202 da Lei 6.404/76, prejudicar o direito das ações preferenciais de receber o aludido dividendo mínimo prioritário, conforme estabelece o artigo 203 da citada lei.

ARTIGO 10º - As ações ordinárias ou preferenciais poderão ser emitidas e colocadas, em qualquer quantidade, dentro do limite de autorização para aumento de capital, para integralidade por uma das formas a seguir indicadas, isoladas ou conjuntamente: a) com dinheiro, sendo o mínimo de integralização correspondente ao que for fixado em lei e o restante em (12) doze prestações mensais, de iguais valores; b) com créditos existentes na sociedade por ocasião da subscrição; c) com recursos dos incentivos fiscais, inclusive do Finor; d) com reservas legais ou estatutárias; e) com bens móveis ou imóveis, observados as prescrições legais; f) mediante a incorporação do resultado da reavaliação do Ativo.

ARTIGO 11º - Os aumentos do capital social são da competência da Diretoria, observadas as prescrições legais e estatutárias em reunião extraordinária que deliberar a respeito.

ARTIGO 12º - As ações preferenciais subscritas pelo fundo de investimento do Nordeste - Finor, serão integralizadas mediante depósito da quantia correspondente em conta vinculada no Banco do Nordeste do Brasil S/A, em nome da sociedade, procedendo-se à respectiva liberação após a apresentação dos comprovantes de arquivamento na junta comercial do estado e das publicações ordenadas em lei da ata da reunião que deliberar a respeito.

ARTIGO 13º - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para subscrição de ações nos aumentos de capital da empresa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O direito de preferência deverá ser exercido no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data em que for publicado o extrato da ata da reunião que deliberar sobre o aumento, ou da data da publicação de aviso especial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Não haverá, também direito de preferência para os acionistas titulares de ações subscritas e integralizadas com recursos dos incentivos fiscais e do Finor, enquanto tais títulos estiverem em nome daquele fundo.

ARTIGO 14º - Será facultado ao Fundo de Investimento do Nordeste - Finor, no tocante as ações por ele subscritas, o desdobramento, em qualquer época, dos títulos múltiplos representativos das ações e a conversão destas, sem ônus para o aludido Finor.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para os demais acionistas da sociedade será cobrada uma taxa não superior ao custo da operação.

ARTIGO 15º - As ações preferenciais que forem integralizadas com recursos oriundos dos incentivos fiscais criados pela legislação específica da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, e pela legislação do Fundo de Investimento do Nordeste-Finor, independem do limite estabelecido no parágrafo segundo do artigo 15 da Lei nº 6.404/76, conforme estabelece a Lei nº 4.869/65 do artigo 24, a Lei nº 5.508/68 do artigo 90, e o Decreto Lei nº 64.214/69 do Artigo 14, parágrafo primeiro, dispositivos legais mantidos em vigor na conformidade do disposto do artigo 299 da Lei nº 6.404/76.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A essas ações preferenciais não se aplica, ainda, as disposições contidas nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 111 da Lei nº 6.404/76 de acordo com disposto no artigo 24 e parágrafo único da Lei nº 4.869/65, no parágrafo único do artigo 90 da Lei nº 5.508/68, e no parágrafo terceiro do artigo 14 do decreto Lei nº 64.214/69, por força do disposto no artigo 299 da Lei nº 6.404/76.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Não se aplica a essas ações preferenciais, também, as disposições contidas no item IV do artigo 109 e no artigo 171 e seus parágrafos, da lei nº 6.404/76, conforme estabelece o artigo 44 da lei nº 5.508/68, e o artigo 14 do decreto lei nº 64.214/69, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 172 e no artigo 299 da lei nº 6.404/76.

**CAPÍTULO III****DA ADMINISTRAÇÃO:**

ARTIGO 16º - A Sociedade será administrada por uma Diretoria, cujos membros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas das reuniões dos seus respectivos órgãos.

**DA DIRETORIA:**

ARTIGO 17º - A Diretoria será composta de 02 (Dois) membros, residentes no país, com as designações de DIRETOR-PRESIDENTE e DIRETOR-FINANCEIRO, eleitos em assembléia geral por um período de gestão de até 03 (três) Anos, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro de atas das reuniões da Diretoria, dispensados da prestação de qualquer garantia para o exercício de suas funções.

ARTIGO 18º - No caso de vacância ou impedimento definitivo do cargo de DIRETOR-PRESIDENTE, será convocado imediatamente assembléia extraordinária que elegerá o substituto pelo prazo que julgar conveniente.